



**PROJETO DE LEI Nº DE 2022**

**(Da Sra. MARA ROCHA)**

Modifica o art. 1º, da Lei nº 8.857, de 8 de março de 1994, que autoriza criação de Área de Livre Comércio no Município de Brasiléia, Estado do Acre, com extensão para o Município de Epitaciolândia, Estado do Acre, e no Município de Cruzeiro do Sul, Estado do Acre, ampliando a abrangência para os municípios de Rodrigues Alves, Mâncio Lima, Feijó e Tarauacá, no Estado do Acre.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 1º, da Lei nº 8.857, de 8 de março de 1994, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º “Fica o Poder Executivo autorizado a criar, nos Municípios de Brasiléia, Estado do Acre, com extensão para o município de Epitaciolândia no Estado do Acre, e nos Municípios de Cruzeiro do Sul, Rodrigues Alves, Mâncio Lima, Feijó e Tarauacá, todos no Estado do Acre, Áreas de Livre Comércio de exportação e importação, sob regime fiscal especial, estabelecidas com a finalidade de promover o desenvolvimento das respectivas regiões.”  
(NR)

Art. 2º O parágrafo único do art. 2º da Lei nº 8.857, de 8 de março de 1994 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º .....

Parágrafo Único: Consideram-se integrantes da Áreas de Livre Comércio de Brasiléia com extensão para o município de Epitaciolândia– ALCB e de Cruzeiro do Sul e municípios de Rodrigues Alves, Mâncio Lima, Feijó e





Tarauacá - ALCCS todas as suas superfícies territoriais, observadas as disposições dos tratados e convenções internacionais.” (NR)

Art. 3º. Esta lei entrará em vigor no primeiro dia do ano subsequente ao de sua publicação.

### JUSTIFICAÇÃO

A ideia de implantação da Zona Franca de Manaus e, posteriormente, das várias áreas de livre comércio criadas, centra-se, principalmente, no objetivo de integrar economicamente ao País a porção ocidental da região amazônica. A geografia e infraestrutura oferecem dificuldades maiores para seu desenvolvimento, tais como a falta de transporte terrestre em nível e condições adequados, a grande distância entre as cidades, muitas vezes acessíveis apenas por cursos de água, além de uma baixa densidade populacional, o que inviabiliza a implantação de projetos de grande escala, que demandam grande número de consumidores ou usuários de serviços. O oferecimento de regime fiscal diferenciado, seja por meio de zonas francas ou áreas de livre comércio, teria o condão de atenuar essas desvantagens.

No Brasil, foram criadas algumas áreas de livre comércio, todas na Amazônia Ocidental, à exceção da Área de Livre Comércio de Macapá e Santana. Apesar de tradicionalmente cada área de livre comércio ter tido uma lei própria de autorização para sua criação, existem muito pontos em comum entre elas. As características comuns mais relevantes das áreas de livre comércio são as seguintes:

- suspensão do Imposto de Importação e do IPI incidentes sobre todas as mercadorias estrangeiras entradas na área de livre comércio, estando elas, porém, sujeitas à tributação quando da saída do enclave para o mercado interno, mesmo as que tiverem sido utilizadas como partes, peças ou insumos de produtos industrializados na área de livre comércio;

- isenção do Imposto de Importação e do IPI incidentes apenas sobre as mercadorias estrangeiras entradas na área de livre comércio que se destinarem a determinadas utilizações, incluindo consumo e venda interna no enclave e estocagem para posterior comercialização no exterior;

- equiparação a importação da compra efetuada por empresa estabelecida em qualquer outro ponto do território nacional de mercadorias estrangeiras





armazenadas na área de livre comércio; e

– isenção do IPI incidente sobre os produtos nacionais ou nacionalizados entrados na área de livre comércio que tiverem a mesma destinação de que trata o segundo item acima, com algumas exceções, como veículos de passageiros, entre outras.

Nota-se que os benefícios concedidos diminuiriam o custo de vida da população, tanto na compra de mercadorias importadas quanto de mercadorias nacionais.

Os municípios de Rodrigues Alves, Mâncio Lima, Feijó e Tarauacá, no Estado do Acre, estão em absoluta proximidade do município de Cruzeiro do Sul, no Vale do Juruá. Na realidade, a única separação geográfica entre eles e Cruzeiro do Sul é o Rio Juruá ou poucos quilômetros da Rodovia.

Atualmente Cruzeiro do Sul goza dos benefícios da ALCS, o que está causando sérios prejuízos aos comerciantes dos demais municípios que, apesar da proximidade geográfica, não podem concorrer com as condições oferecidas na cidade vizinha. E a população, em busca de melhores preços, atravessa o rio ou a rodovia e consome na cidade de Cruzeiro do Sul, ferindo de morte as economias municipais de Rodrigues Alves, Mâncio Lima, Feijó e Tarauacá.

Lembramos que, em função da legislação, os comerciantes de dos municípios vizinhos não podem comprar mercadorias em Cruzeiro do Sul, aproveitando o menor custo, para revenda nos seus próprios domicílios.

A inclusão de Rodrigues Alves, Mâncio Lima, Feijó e Tarauacá, na Lei nº 8.857, de 8 de março de 1994, além de corrigir uma distorção legislativa, já que a proximidade dos municípios exige a inclusão deles no mesmo programa de incentivo ao desenvolvimento econômico. Além disso, acarretará imediata oxigenação na economia interna.

O presente Projeto de Lei está em consonância com o art. 43 da Constituição Federal. O referido artigo constitucional dispõe que a União poderá articular sua ação em um mesmo complexo geoeconômico e social, visando a seu desenvolvimento e à redução das desigualdades regionais e, para tanto, poderá conceder incentivos regionais, tais como isenções, reduções ou diferimento temporário de tributos federais devidos por pessoas físicas ou jurídicas.





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Apresentação: 11/08/2022 11:46 - Mesa

PL n.2261/2022

Em suma, o projeto pretende reconhecer a proximidade geográfica entre Cruzeiro do Sul e Rodrigues Alves, Mâncio Lima, Feijó e Tarauacá, semelhante à proximidade entre Epitaciolândia e Brasília, compensar os prejuízos dos empresários locais e, principalmente, promover o desenvolvimento econômico dos municípios. Os custos fiscais para tal intento ou serão mínimos perto dos benefícios que geram ou serão plenamente compensados pelo aumento de arrecadação de outros tributos.

Diante de todo o exposto e do significativo progresso que esta proposição trará ao Estado do Acre, peço o apoio dos meus pares.

Sala das Sessões, em                      de                      de 2022

**MARA ROCHA**  
**Deputada Federal – MDB/AC**



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Mara Rocha

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD228327482900>

